

Vol. 02, **Nº 04** (2025)
ISSN: 2966-0130

REVISTA FIOS DE **LETRAS**

ELAS TAMBÉM CARREGAM ESPADAS:
O MACHISMO INCONSCIENTE EM MULHERES
LÊSBICAS DESFEM E AS FORMAS SIMBÓLICAS DE
DOMINAÇÃO NAS RELAÇÕES AFETIVAS

Samara Santos Nina



editora
UEA



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**Elas também carregam espadas: o machismo inconsciente em mulheres lésbicas
desfem e as formas simbólicas de dominação nas relações afetivas**

2

They also carry swords: unconscious machismo in lesbian women and symbolic
forms of domination in affective relationships

Samara Santos Nina¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3326-5051>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4518906007020329>

E-mail: samarasantosnina@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o machismo inconsciente em mulheres lésbicas, com foco naquelas que performam a desfeminilidade. Com base em uma abordagem teórico-analítica de cunho interseccional, discute-se como normas patriarcais internalizadas se manifestam em vínculos afetivos entre mulheres, gerando dinâmicas de controle, silenciamento e reprodução de hierarquias. A partir das contribuições de autoras como Michelle Perrot, Iraíldes Caldas Torres, Judith Butler, bell hooks, Sueli Carneiro e Carla Akotirene, analisa-se de que modo a dissidência sexual não garante, por si só, a ruptura com a normatividade. Questões como a romantização da força, a hierarquização das performances de gênero, a invisibilização de parceiras mais femininas e a reprodução de práticas tóxicas aprendidas na heteronormatividade são discutidas à luz de uma crítica feminista e antirracista. A investigação propõe uma ética relacional baseada na escuta, na partilha e no desaprendizado da dominação, reconhecendo a importância de práticas afetivas que não reiterem a lógica do poder. Ao nomear violências muitas vezes naturalizadas, o artigo contribui para o debate sobre as contradições e possibilidades das relações entre mulheres no contexto do lesbianismo contemporâneo.

Palavras-chave: Lesbianidade; Machismo inconsciente; Desfeminilidade; Violência simbólica; Interseccionalidade.

Abstract: This article offers a critical reflection on unconscious machismo in lesbian women, focusing on those who perform defeminized gender expressions. Based on a theoretical and intersectional analytical approach, it discusses how internalized patriarchal norms are reproduced in affective relationships between women, generating dynamics of control, silencing, and symbolic hierarchies. Drawing on authors such as Michelle Perrot, Iraíldes Caldas Torres, Judith Butler, bell hooks, Sueli Carneiro, and Carla Akotirene, the study analyzes how sexual dissidence alone does not guarantee a break from normativity. Topics such as the romanticization of strength, the hierarchy of gender performances, the invisibilization of more feminine partners, and the reproduction of toxic behaviors learned from heteronormativity are examined through a feminist and antiracist lens. The article proposes a relational ethic grounded in listening, shared care, and the unlearning of domination, recognizing the need for affective practices that do not replicate power structures. By naming often naturalized forms of violence, the work contributes to discussions on the contradictions and possibilities of lesbian relationships in contemporary contexts.

Keywords: lesbianism; unconscious machismo; defeminization; symbolic violence; intersectionality.

¹ Mestra em Letras e Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (PPGLA) pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas – Brasil.

 <https://doi.org/10.59666/fiosdeletras.v2i04.4376>

 <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

O machismo, enquanto sistema estrutural de opressão, não se limita aos espaços tradicionalmente heteronormativos. Ele se infiltra, de maneira muitas vezes imperceptível, em territórios de resistência, inclusive nas relações entre mulheres lésbicas. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a manifestação do machismo inconsciente em mulheres lésbicas *desfem* — termo utilizado para designar aquelas que rompem com os padrões da feminilidade hegemônica, mas que, justamente por isso, acabam socialmente alocadas em papéis tradicionalmente associados à masculinidade dominante, reafirmando de forma simbólica e naturalizada, as lógicas de dominação patriarcal, na expectativa de que assumam posições de comando, proteção ou controle nos vínculos.

A análise parte de um diálogo interdisciplinar com autoras feministas e teóricas queer, como Adrienne Rich, Judith Butler, bell hooks, Sueli Carneiro e Carla Akotirene, bem como pensadoras que se dedicaram à história e à crítica das estruturas patriarcais, como Michelle Perrot e Iraíldes Caldas Torres, cujas contribuições nos permitem refletir sobre os modos como a dominação masculina se internaliza e se rearticula mesmo em contextos dissidentes. O conceito de heterossexualidade compulsória, proposto por Rich, será aqui mobilizado para questionar os padrões de gênero e desejo que atravessam e normatizam as experiências afetivas lésbicas. Butler, por sua vez, oferece a noção de performatividade de gênero como chave analítica para compreender de que maneira certos gestos e posicionamentos se repetem até que se tornem naturais — inclusive quando operam a partir de corpos dissidentes.

Não se trata de acusar o sujeito lésbico em si, mas investigar como normas sociais moldam de forma insidiosa até mesmo os vínculos mais íntimos. hooks (2019) contribui ao refletir sobre como o amor, quando atravessado por dinâmicas assimétricas de poder, pode deixar de ser libertador e converter-se em instrumento de controle emocional e simbólico. Por meio da interseccionalidade proposta por Carneiro (2003) e Akotirene (2019), observamos como raça, gênero e sexualidade operam de forma entrelaçada na produção de experiências específicas, sobretudo no caso de mulheres negras lésbicas, que enfrentam múltiplas camadas de marginalização.

Ao lado dessas leituras, a contribuição de Perrot e Torres oferecem subsídios para entender o silêncio como ferramenta de dominação e o patriarcado como uma estrutura simbólica naturalizada nos afetos, linguagens e práticas cotidianas. A violência, nesse contexto, nem sempre se expressa em sua forma explícita, mas se esconde no gesto tido como “cuidadoso”, no ciúme que se romantiza, na hierarquia não nomeada que organiza a dinâmica da relação.

Ao problematizar essas práticas e suas consequências, este artigo se propõe a desestabilizar o imaginário que coloca as relações entre mulheres como espaços isentos

de poder, disputa e dominação. Longe de desautorizar a potência política e afetiva da lesbianidade, esta reflexão busca evidenciar suas complexidades, suas contradições e, principalmente, sua capacidade de reinvenção. Porque só nomeando as violências podemos, de fato, construir vínculos mais conscientes, éticos e, sobretudo, livres.

2. Metodologia

Este artigo tem caráter teórico-analítico, fundamentado em uma abordagem qualitativa de natureza interpretativa. A partir de uma leitura crítica dos campos feminista, dos estudos de gênero e da teoria queer, investiga-se como o machismo se inscreve nas subjetividades e relações de mulheres lésbicas desfem. A análise é construída por meio de revisão bibliográfica de autoras que discutem os mecanismos simbólicos e estruturais da dominação patriarcal, com ênfase na reprodução desses mecanismos no âmbito das relações íntimas. Embora não se trate de uma pesquisa empírica tradicional, o estudo dialoga com práticas culturais, experiências narradas em textos teóricos e observações sobre dinâmicas cotidianas relatadas na literatura lésbica feminista contemporânea. O enfoque interseccional sustenta o recorte, articulando gênero, sexualidade, raça e classe como dimensões indissociáveis da análise.

3. Discussão

3.1 Performatividade, normatividade e a lógica do poder

O patriarcado não mais necessita da imposição direta para se manter. Como nos adverte Torres (2003), ele opera de maneira simbólica, ancorado em estruturas que moldam a linguagem, os afetos e os modos de subjetivação. A força do sistema reside exatamente nessa capacidade de se tornar invisível, de se manifestar sob formas aparentemente inofensivas, como o cuidado, o zelo, a proteção — gestos que, quando atravessados por hierarquias afetivas, deixam de ser afeto e se tornam dominação. A performatividade de gênero, de acordo com Butler (2013), auxilia na compreensão de como as repetições normativas moldam condutas de maneira naturalizada, mesmo entre sujeitos dissidentes. A performatividade, ao contrário de um ato isolado, é uma repetição ritualizada de discursos, práticas e gestos que dão a ilusão de uma identidade de gênero estável e coerente. Assim, mesmo quando corpos se deslocam da cisheteronorma², permanecem inscritos nos roteiros já conhecidos de dominação e obediência. A mulher lésbica desfem,

² A cisheteronorma é o regime de normatividade que estabelece como padrão social a conjunção entre identidade de gênero cisgênera e orientação heterossexual. Essa norma marginaliza vivências dissidentes e atua de forma naturalizada nas estruturas sociais, afetivas e institucionais (Louro, 2018).

nesse contexto, é vulnerável a ajustes simbólicos, logo, é socialmente lida como substituta do homem — não porque se veja dessa maneira, mas porque os códigos culturais assim o determinam. E é aí que o machismo se infiltra: quando o papel da dominação é reiterado, mesmo em contextos que se propõem a ser subversivos, reafirmando todas as formas da masculinidade hegemônica.

Nesse sentido, torna-se essencial mobilizar o conceito de heterossexualidade compulsória, de Rich (1980), não apenas como uma crítica à obrigatoriedade da heterossexualidade enquanto sistema político, mas como chave de leitura para compreender como esse sistema produz subjetividades femininas. Essas subjetividades são marcadas por uma expectativa de completude apenas possível pela presença de um masculino — sendo simbolicamente representado por uma mulher lésbica desfem. Quando essa presença do “masculino” é requerida, convoca-se a lésbica desfem a ocupar a posição do sujeito ativo, dominante, provedor, ou seja, o “homem da relação”. Esse comportamento não se origina no desejo, mas na norma.

Perrot (2005), ao tratar da história das mulheres, ressalta que o silêncio a que foram submetidas por séculos é, por si só, uma tecnologia de dominação. E é nesse ponto que sua análise se torna fundamental para o presente estudo:

O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar lágrimas correrem como água de uma inesgotável dor. O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Silêncio das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem ao menos penetrar na hora das orações. [...] Silêncio até mesmo na vida privada (p. 10)

O silêncio ensinado, imposto, reproduzido, é o que permite que determinadas violências sequer sejam nomeadas. É ele que impede que mulheres identifiquem o controle como controle, a dominação como violência. É ele que transforma relações de afeto em arenas de disputa simbólica, onde o poder é exercido de forma velada, mas nem por isso menos brutal. Quando uma mulher sáfica não consegue reconhecer a opressão em sua relação com outra mulher, não se trata de cegueira individual, mas do efeito histórico de um pacto social que nos ensinou que o amor — especialmente entre mulheres — deve ser, acima de tudo, resiliente e silencioso.

Questionar o machismo internalizado entre mulheres sáficas não é uma negação do afeto, mas um gesto de cuidado coletivo. É abrir espaço para práticas outras, que não repliquem as lógicas da dominação masculina, mas que se fundamentem na escuta, na partilha e na possibilidade real de liberdade mútua.

3.2 A construção social da desfeminilidade e o peso das estruturas patriarcais

6

Nesse artigo, o termo desfeminilização será compreendido como o processo simbólico, social e político pelo qual os sujeitos femininos — especialmente lésbicas, mulheres negras e dissidentes de gênero — são destituídos dos signos tradicionalmente associados à feminilidade hegemônica, seja por escolha subjetiva, imposição social ou expectativa da performatividade divergente daquilo que é considerado feminino.

Esse processo atua tanto como ruptura como ratificação de normatividades, funcionando por um lado, como estratégia de resistência à lógica da domesticidade e da subalternização do feminino (Nina, 2021), por outro, a instrumentalização para reinscrever nesses corpos funções definidas como tradicionalmente masculinas — força, autoridade e insensibilidade emocional — resultando na perpetuação das dinâmicas de dominação simbólica no interior de relações entre mulheres.

A partir disso, temos que a desfeminilidade, enquanto prática dissidente da norma hegemônica de gênero, é frequentemente compreendida como resistência. Entretanto, é fundamental reconhecer que tal expressão não escapa, por si só, às forças reguladoras da heteronormatividade. A construção da desfeminilidade acontece em oposição ao ideal de feminilidade domesticada, mas isso não significa ausência de normatividade. Ao contrário, muitas vezes o que se observa é a substituição de um modelo por outro, igualmente rígido, mas com novas roupagens. Como observa Nina (2021), “o conceito de feminilidade é constituído socialmente a partir das representações que sustentam o ideal de mulher”, o que indica que mesmo a recusa dessa feminilidade não rompe automaticamente com a lógica patriarcal que a fundou.

O fato de que a realidade do gênero é tida por meio das performances sociais nos leva ao significado de que as noções de masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes são constituídas. Como parte de uma estratégia que oculta a especificidade performativa do gênero e suas possibilidades de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória (Butler, 2013).

A norma dita que a mulher deve moldar seu corpo segundo os padrões de beleza determinados pela estrutura de poder, fazendo uso de signos visuais considerados femininos, sendo conduzida a se colocar, muitas vezes, de forma delicada, e até mesmo submissa, para enaltecer seus atributos relativos à feminilidade. Esses signos visuais são ainda reforçados pelas poses e expressões (Leite; Waechter, 2014). Esses atributos derivam da forte influência da sua relação com a natureza psíquica e afetiva, tida como inata à mulher, ou seja, a feminilidade deve ser sustentada por esses signos, sendo seu uso e forma transferidos para a usuária como características dela mesma (Massara,

2013), tornando a feminilidade uma característica inerente a quem faz uso dos elementos referidos.

É nesse ponto que o peso das estruturas patriarcais se revela. A desfeminilidade, ainda que disruptiva, pode ser cooptada como uma reatualização simbólica da masculinidade tradicional. O que deveria ser ruptura se converte, sutilmente, em continuidade. Como Butler (2013) explica, a performatividade de gênero é uma repetição que constrói a ilusão de identidade coerente, mas essa repetição também pode operar em prol da manutenção de padrões opressivos. A mulher desfem, ao repetir gestos lidos socialmente como masculinos, acaba inserida na lógica da dominação — mesmo que essa não seja sua intenção.

Os discursos que constituíram a feminilidade tradicional fazem parte do imaginário social moderno, do senso comum, da religião e da grande produção científica e filosófica da época, que determinava o que cada mulher deveria ser para ser verdadeiramente uma mulher (Kehl, 2008, p. 44).

Ao a atrelarmos a performatividade de gênero à imagem transmitida a um espectador, é possível concluir que ali estão presentes significados implícitos de funções simbólicas, possibilitando a leitura através da experimentação de sensações e emoções ao reconhecer um signo visual, que exige conhecimento prévio de seu significado e função (Niemeyer, 2006). Dessa forma, ao ver uma imagem, o espectador a tem como representação de seu cotidiano (Pesavento, 2005, p. 67).

3.3 A espada como metáfora da dominação performada

A anatomia sexual tem sido historicamente utilizada como critério fundamental para diferenciar os sujeitos quanto ao gênero, operando a partir de uma leitura biologizante dos corpos, fortemente atravessada por significações culturais. A genitália, em especial, torna-se marcador simbólico dessa distinção, legitimando expectativas sociais que associam presença ou ausência do falo a lugares fixos na estrutura de poder. Para essa distinção, se fazia necessária a definição do Outro (Kehl, 2016). A masculinidade e a feminilidade, idealizadas de forma utópica, são organizadas pela tríade, falo, falta e desejo, que estruturam o indivíduo, o *eu*. A feminilidade foi construída sob a perspectiva da falta: a mulher não possui o falo³, ela é o negativo, a ausência que pressupõe o desejo, esse que apenas o portador do falo poderia suprir. Já a masculinidade, por sua vez, é constituída

3 Na tradição psicanalítica, o *falo* não se confunde com o órgão anatômico, mas opera como um significante privilegiado de poder, completude e centralidade simbólica. É ele que organiza as posições no campo do desejo e estrutura a diferença sexual sob a lógica binária da cultura falocêntrica. Nessa lógica, a mulher é posicionada como “falta”, não por ausência biológica, mas por estar excluída da posse simbólica desse significante que define quem pode desejar e ser desejado (Kehl, 2016).

naturalmente pela posse do falo, tendo o desejo e a missão de suprir as necessidades daquele corpo “castrado”.

“Identidade feminina” e “identidade masculina” são composições significantes que procuram se manter distintas, nas quais se supõe que se alistem os sujeitos, de forma mais ou menos rígida, dependendo da maior ou da menor rigidez da trama simbólica característica de cada sociedade (Kehl, 2016, p. 23).

Sendo assim, o machismo enquanto um sistema ideológico que justifica a dominação masculina e a submissão feminina, em que os homens são superiores às mulheres, normalizado entre mulheres lésbicas desfem é uma das manifestações mais sutis e difíceis de nomear das dinâmicas patriarcais internalizadas. Não se trata de um machismo deliberado ou mal-intencionado, mas de comportamentos reproduzidos por códigos de poder tão antigos que já parecem naturais. A mulher que se impõe como “a que decide”, “a que protege”, “a que assume”, muitas vezes está apenas reiterando o que aprendeu como sendo a função do sujeito ativo numa relação amorosa. A espada que ela carrega não é visível, ela é simbólica, construída por gestos, silêncios e posturas que performam poder.

A metáfora da espada⁴, evocada no título deste artigo, remete a um signo historicamente associado à autoridade e à dominação, atributos centrais na lógica da masculinidade hegemônica. Nesse sentido, ela ilustra uma forma de dominação performada que, embora não se expresse pela violência física ou agressividade aberta, atua pela legitimação tácita do poder no interior da relação afetiva. Conforme argumenta Bourdieu (2019), a dominação simbólica opera pela naturalização de hierarquias, fazendo com que determinados gestos, vozes e presenças sejam reconhecidos socialmente como legítimos e, portanto, autorizados a conduzir. A espada aparece, assim, na voz mais firme, no gesto que interrompe, na autoridade silenciosa que confunde presença com controle. Trata-se de uma presença formativa cuja força não está no impacto direto, mas no reconhecimento reiterado do poder. Como nos lembra Perrot (2005), “a dominação mais eficaz é aquela que se apresenta como natural”; e é justamente isso que torna esse machismo tão difícil de ser combatido.

Esse tipo de dominação performada não só é socialmente tolerado, como muitas vezes é desejado e romantizado. Em um cenário onde ainda se espera que alguém assuma o comando da relação, a lésbica desfem é empurrada para esse lugar. E uma vez nesse lugar, encontra a validação do seu entorno, que a interpreta como “forte”, “segura”,

⁴ A metáfora da espada articula poder simbólico e performatividade, representando um signo de autoridade reconhecido socialmente, mais do que exercido pela força. Presente em tradições mitológicas e literárias, ela é historicamente associada à masculinidade e à dominação. No imaginário patriarcal, a espada também funciona como uma extensão simbólica do falo, não apenas por sua forma, mas por sua função de impor, penetrar, separar e conduzir. Assim, seu uso neste artigo evidencia como atributos do poder fálico podem ser atualizados em relações dissidentes, por meio da repetição de gestos e posturas que reproduzem a lógica da dominação.

“madura”. Pouco se questiona se essa segurança não é, na verdade, rigidez; se essa força não encobre uma incapacidade de vulnerabilidade; se esse cuidado não opera como controle. São essas zonas cinzentas que alimentam o machismo inconsciente e tornam as relações assimétricas, mesmo quando vestidas com a estética da igualdade.

3.4 A hierarquia velada: quem cuida, comanda

Nas relações afetivas entre mulheres, especialmente quando uma das parceiras segue a performance desfem, as práticas de cuidado frequentemente reproduzem estruturas hierárquicas travestidas de zelo. A mulher que assume sozinha o cuidado excessivo, que toma todas as decisões, que protege com intensidade, acaba sendo aquela que define os rumos da relação. Quando o cuidado não é compartilhado, ele se tona um espaço de poder e controle. Essa dinâmica reflete, de forma preocupante, modelos heteronormativos de relacionamento, em que o amor é confundido com a posse e o cuidado se transforma em uma forma de controle.

A naturalização dessa hierarquia emocional leva à reprodução de padrões afetivos tóxicos. A parceira que é cuidada, por sua vez, pode se ver aprisionada em um papel de dependência afetiva, no qual suas vontades, tempos e desejos são constantemente negociados com a figura dominante da relação. A assimetria se instaura não pela força bruta, mas pela sutileza dos gestos cotidianos: quem marca os horários, quem define os limites, quem decide quando e como o outro pode ou não ocupar certos espaços. O amor deixa de ser uma construção compartilhada e passa a ser um campo de dominação emocional.

Essas dinâmicas não surgem do nada. Elas são aprendidas, reiteradas e muitas vezes romantizadas. A dificuldade de nomear essas estruturas nas relações entre mulheres impede que se compreenda que a toxicidade relacional não é exclusividade dos casais heterossexuais. Ela é, infelizmente, uma possibilidade real e vivida, que precisa ser enfrentada com a mesma seriedade.

3.5 Quando o silêncio protege a violência: a opressão mascarada de afeto

O silêncio é, talvez, um dos recursos mais eficazes de manutenção da violência simbólica. A ausência de nomeação, o evitar o conflito, o desejo de manter uma imagem de harmonia são mecanismos que impedem o enfrentamento do machismo internalizado nas relações entre mulheres. Nos relacionamentos afetivos entre mulheres, o silêncio ainda carrega uma carga histórica de apagamento, marginalização, sobrevivência. Nomear a

violência pode ser visto, equivocadamente, como uma traição à causa, como se fosse proibido haver conflito em uma relação na qual se supõe haver apenas afeto e sororidade.

Esse silêncio, no entanto, abre espaço para que práticas como a do controle dos hábitos, a invasão da privacidade, o ciúme extremo e a possessividade se instalem como se fossem manifestações legítimas de amor. A narrativa romântica do “amar demais” frequentemente é usada para justificar atitudes que, na realidade, reduzem a autonomia da outra. Como aponta hooks (2019), o amor só pode florescer em espaços de reciprocidade e liberdade. Onde há hierarquia, há também uma ferida aberta que mina a possibilidade de construção conjunta. A ruptura com essa estrutura não se completa quando o controle é apenas exercido por outro corpo feminino.

É neste cenário que a violência simbólica encontra campo fértil. Não há gritos nem empurrões, mas há um constante silenciamento da individualidade, uma vigilância emocional travestida de zelo. A mulher controlada começa a duvidar de si, a se autojustificar, a reduzir seus espaços para não “causar conflito”. A afetividade, nesse contexto, deixa de ser campo de cuidado mútuo para se tornar território de domínio. Como nos lembra Perrot (2005), o silêncio imposto às mulheres é uma ferramenta política — e o silêncio dentro da relação, também o é. Romper com esse silêncio é não apenas um gesto de coragem, mas de sobrevivência subjetiva.

O que se observa, muitas vezes, nas relações entre mulheres é a repetição de estruturas afetivas herdadas do modelo heterossexual — com outros corpos, mas os mesmos códigos, que naturalizam hierarquias e padrões de poder historicamente construídos. Essa repetição não é deliberada, mas sintomática: ela demonstra como os afetos também foram colonizados pelo patriarcado, e como é difícil escapar de seus roteiros, mesmo nas margens. Quem “aguenta mais”, quem “resolve tudo”, quem “decide para o bem do casal” ocupa, de forma quase imperceptível, uma posição de comando. Essa dominação não é sempre vista como negativa — e é justamente aí que mora seu perigo. Como Nina (2021) escreveu sobre a idealização da mulher na *Revista Feminina*, “o amor é apresentado como o ápice da realização feminina, mas apenas quando este obedece às normas estabelecidas”. Quando se transfere esse ideal para a esfera das relações lésbicas, corre-se o risco de repetir, com outras faces, os mesmos mecanismos de subordinação.

Ao reproduzir essas dinâmicas, a relação afetiva perde sua potência de subversão. Em vez de ser um espaço de invenção, ela se torna um espelho das estruturas que as sujeitas, supostamente, buscavam romper. A crítica aqui não é às mulheres em si, mas à reprodução automática de gestos e estruturas que, embora disfarçadas de cuidado, reproduzem a dominação. O “retorno do mesmo” é, assim, a continuidade de um *script* colonial, patriarcal e heteronormativo, que ainda encontra lugar até mesmo nas práticas que se pretendem revolucionárias.

3.6 Invisibilização de parceiras mais femininas

A construção simbólica da mulher lésbica ainda está profundamente marcada pela valorização de performances de gênero consideradas próximas da masculinidade. Nesse contexto, a mulher lésbica que performa feminilidade tende a ser deslegitimada: vista como “menos lésbica”, como passiva, ou mesmo como superficial. A lógica hierárquica de gênero, que já organiza o mundo entre os polos do ativo e do passivo, do dominante e do dominado, infiltra-se nas relações lésbicas, conferindo prestígio àquela que aparenta dominar, enquanto apaga, deslegitima ou infantiliza a que se mantém no campo do feminino.

Esse apagamento não se dá apenas na representação social, mas também nas dinâmicas internas da relação. Muitas vezes, a parceira mais feminina é colocada em posição de menor autoridade, com sua voz sendo menos ouvida, suas decisões menos consideradas. Ela se torna “a que acompanha”, e não “a que constrói com”. A estrutura simbólica de valorização da desfeminilidade como potência, força e comando impede que a feminilidade seja reconhecida como escolha legítima e como *locus* de potência política. Como se toda feminilidade fosse, por definição, submissa — e toda desfeminilidade, resistência. Trata-se de uma dicotomia falaciosa que precisa ser desconstruída.

Além disso, a invisibilização da parceira mais feminina reverbera também na própria construção identitária das mulheres lésbicas. Quando apenas certos corpos e estéticas são validados como representações legítimas da lesbianidade, cria-se uma política de pertencimento excludente. A lésbica feminina passa a habitar uma zona de incerteza, precisando constantemente reafirmar sua orientação. Essa insegurança, alimentada por um discurso que associa autenticidade à desfeminilidade, não é um problema individual, mas um efeito colateral da normatização da dissidência.

3.7 Intersecções: raça, masculinidade e o estigma da força

Quando falamos sobre machismo inconsciente entre mulheres lésbicas, não podemos desconsiderar os atravessamentos de raça que complexificam essas dinâmicas. A mulher negra lésbica desfem ocupa um lugar de múltiplas expectativas sociais. A masculinização simbólica de seu corpo é somada à construção racista que associa a mulher negra à força, à resistência e à frieza. Essa imagem — sustentada por um imaginário colonial e patriarcal — legitima a crença de que mulheres negras suportam mais, sentem menos, e por isso, podem “aguentar” relações mais duras, mais exigentes, mais desequilibradas. É a naturalização da dor como elemento constitutivo da subjetividade negra.

Carneiro (2003) alerta para essa dinâmica ao afirmar que o racismo impõe às mulheres negras um lugar de “hipervisibilidade subordinada”, em que seus corpos são vistos, mas suas dores não são legitimadas. Na prática relacional, isso significa que a mulher lésbica negra desfem não é apenas projetada como a figura dominante da relação — ela é esperada nesse lugar. E ao mesmo tempo em que se espera que ela controle, decida e conduza, nega-se a ela o direito à vulnerabilidade, ao afeto delicado, ao cuidado. O estigma da força, tão frequentemente romantizado, é, na verdade, uma forma de desumanização.

Como observa Akotirene (2019), a interseccionalidade não é um mero acúmulo de opressões, mas um sistema de exclusão que opera simultaneamente em múltiplas frentes. A mulher negra lésbica que performa desfeminilidade não é só marcada pela sexualidade dissidente, mas por um sistema que a racializa e a masculiniza. Ao ocupar esse lugar, ela enfrenta tanto o machismo da sociedade quanto as normatividades afetivas dentro da própria comunidade. E quando ela exerce o poder, não raro é lida como agressiva; quando se vulnerabiliza, é vista como fraca — o que revela uma armadilha simbólica que aprisiona sua existência. Reconhecer essas camadas não é fragmentar a luta, mas aprofundá-la.

4. Considerações finais

A análise proposta neste artigo revelou que o machismo não apenas persiste nas estruturas mais visíveis da sociedade, como também opera com força redobrada em espaços que se pretendem dissidentes. A lesbianidade, embora ofereça uma ruptura com o modelo heteronormativo de afeto e desejo, não é suficiente, por si só, para desfazer a normatividade internalizada que organiza os vínculos e distribui o poder dentro das relações. O machismo inconsciente entre mulheres lésbicas desfem não deve ser lido como falha individual, mas como efeito de uma pedagogia patriarcal que ensinou — com precisão simbólica — o que é amar, cuidar, desejar e mandar.

Ao longo desta discussão, tornou-se evidente que a desfeminilidade, quando convertida em performance legitimada de autoridade, pode ser capturada pelo discurso da dominação, repetindo os códigos que deveriam ser subvertidos. Isso não implica deslegitimar a expressão desfem como potência política, mas sim problematizar quando e como ela se torna veículo de hierarquia. A violência simbólica, o controle travestido de proteção, o silenciamento da parceira mais feminina e a erotização da dureza em corpos negros são sintomas de um sistema que continua operando sob outras estéticas. O corpo dissidente, nesse cenário, pode se tornar campo de batalha — não apenas contra a sociedade, mas dentro dos próprios afetos.

É nesse ponto que a interseccionalidade se impõe como ferramenta ética de análise e transformação. Quando consideramos raça, gênero e sexualidade como vetores simultâneos de opressão e resistência, somos capazes de enxergar a complexidade das relações afetivas entre mulheres com mais responsabilidade crítica. A mulher lésbica negra desfem, atravessada por estigmas de força e comando, precisa ser compreendida a partir das violências históricas que a constituem, mas também a partir da possibilidade de fuga, reinvenção e cuidado. Não basta nomear o machismo entre mulheres — é preciso nomeá-lo nas suas múltiplas camadas e propor práticas outras, que não se sustentem na repetição da dor.

Porque amar, entre mulheres, deveria ser também um exercício de libertação mútua. Um desaprendizado paciente das estruturas que nos ensinaram a vigiar em vez de acolher. Um desvio do caminho esperado, onde o cuidado não seja sinônimo de poder, e o silêncio não seja moeda de troca para preservar o que nos violenta. Amar, entre nós, deveria ser um gesto desarmado — onde nenhuma espada seja necessária, e onde o corpo da outra não seja território a ser dominado, mas mundo possível a ser habitado com escuta, ética e ternura.

5. Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Geledés Instituto da Mulher Negra, 2003. Disponível em: https://www1.unicap.br/neabi/?page_id=137. Acesso em: 03 abr. 2025.
- HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução de Ana Ban. São Paulo: Elefante, 2019.
- KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. 2. Ed. — São Paulo: Boitempo, 2016.
- LEITE, I. T. R.; WAECHTER, H. N. A informação de moda nas capas das revistas femininas: uma análise sobre o vestuário proposto na capa da revista Manequim e seus efeitos. Proceedings of the 6th Information Design International Conference, 5th

InfoDesign, 6th CONGIC, Blucher Design Proceedings, n.2, vol.1, São Paulo: Blucher, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MASSARA, I. H. M. Feminilidade: um detalhe. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 25, n. 3, p. 497-514, Rio de Janeiro, 2013. ISSN 1984-0292. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/6KB7GRvKqZRGrNbQY7SZC8S/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2025. doi: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000300006>.

NIEMEYER, Lucy. *Elementos de Semiótica Aplicados ao Design*. Editora 2AB: Rio de Janeiro, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica (1980)*. Tradução de Angélica Freitas e Daniel Lühmann. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.

TORRES, Iraíldes Caldas. *Patriarcalismo, família e gênero*. São Paulo: Cortez, 2003.

NINA, Samara S.. *Representações e discursos sobre a feminilidade na Revista Feminina (1917–1929)*. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.

Recebido: 30/04/2025

Aceito: 14/06/2025

Publicado: 06/07/2025

Vol. 02, **Nº 04** (2025)
ISSN: 2966-0130

REVISTA FIOS DE LETRAS



editora
UEA



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

